



O PROCESSO DE UBERIZAÇÃO: AS ECONOMIAS DE PLATAFORMA E SUA ARTICULAÇÃO ENTRE O GLOBAL E O LOCAL

Raul Fernandes Teodoro ¹

RESUMO

As economias de plataforma apresentam-se como uma nova forma de gestão e organização do trabalho, através da estrutura ofertada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). A uberização, se insere nesse processo, como signo desta nova forma de organizar o mundo do trabalho.

Desta forma, pensar a uberização, nos aponta a necessidade de articula-la à uma leitura geográfica do mundo do trabalho, tendo em vista que, as novas dinâmicas estão associadas ao processo de acumulação capitalista, sendo assim temos como objetivo articular as relações que em âmbito local alteram a realidade e hábitos sociais, ligados a condições de trabalho, e sob uma perspectiva global o lucro das chamadas economias de plataforma.

Palavras-chave: Economia de plataforma digital, uberização, tecnologias da informação, trabalho precarizado, globalização

RESUMEN

Las economías de plataforma se presentan como una nueva forma de gestión y organización del trabajo, a través de la estructura que ofrecen las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC). La uberización forma parte de este proceso, como muestra de esta nueva forma de organizar el mundo del trabajo.

De esta forma, pensar en la uberización apunta a la necesidad de articularlo a una lectura geográfica del mundo del trabajo, considerando que las nuevas dinámicas están asociadas al proceso de acumulación capitalista, por lo que se busca articular las relaciones que en el ámbito local se alteran. realidad y hábitos sociales, ligados a las condiciones laborales y, desde una perspectiva global, al beneficio de las economías de plataforma.

Palabras clave: Economía de plataforma digital, uberización, tecnologías de la información, trabajo precario, globalización

¹ Mestrando vinculado ao programa de pós graduação em geografia da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, raul-rft@hotmail.com;



INTRODUÇÃO

Assim como todo novo fenômeno socioespacial carece de referências bibliográficas que possibilitem realizar análises mais profundas, o tema abordado neste trabalho se encontra neste cenário, tendo em vista que, as discussões sobre uberização no campo da Geografia, ainda se caracteriza como pouco explorada e ainda muito nebulosa. Com isto, pretendemos contribuir com o aumento de possibilidades de leitura sobre a temática, sendo este trabalho, resultado das primeiras aproximações com o tema, assim fragmentos de uma pesquisa ainda maior, em processo de construção.

Um dos fenômenos mais crescentes no mundo moderno, são as chamadas Economias de Plataforma, conceito que se refere as empresas privadas que se utilizam de plataformas virtuais para a gestão e administração de seus serviços, ou seja, através de aplicativos essas empresas fazem a articulação entre os consumidores e os trabalhadores/as vinculados as plataformas, garantindo parte dos ganhos para a empresa.

Este fenômeno tem gerado diversos debates, principalmente em torno do maior expoente deste segmento a Uber, é importante frisarmos que não devemos considerá-la como pioneira do segmento das economias de plataformas, tendo em vista a existência de diversas plataformas e modalidades de serviços prestados. Cabe evidenciar que, a Uber é a empresa de maior notabilidade neste segmento. A utilização do termo uberização, representa um modo particular de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador, o qual assume a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva (FRANCO E FERRAZ, 2019, p.845)

O crescente debate sobre a uberização justifica-se pelas transformações causadas pelo desenvolvimento do modelo organizacional e seus impactos no mundo do trabalho. Estas dinâmicas apresentam novas formas de organização e gestão do trabalho, que se colocam a serviço do capital. As economias de plataforma trazem consigo a capacidade de alterar de maneira significativa a organização social, criando novas formas de relacionar-se, tendo como configuração novas dinâmicas



de produção socioespacial.

A partir da década de 1970, a estrutura tecnológica que proporciona os avanços nas tecnologias da informação e comunicação (TICs), permitem alterar as relações globais, em especial a capacidade de comunicação, circulação e flexibilização das distâncias em torno do globo. Embora o fenômeno da uberização aconteça em escala global, é no local que ela se materializa, se configurando como um fenômeno de característica urbana.

O regime de acumulação capitalista até a década de 1970 era ancorado na produção fordista e industrial, principalmente em países centrais do sistema capitalista, este modelo de acumulação apresentava sinais de esgotamento no tocante da reprodução de mais valor. Sendo assim a reestruturação produtiva, serviu como uma estratégia para o capital, com o deslocamento das contradições. O desenvolvimento de tecnologias da comunicação acabaram por permitir um controle a distância do processo produtivo, possibilitando que a produção industrial pudesse ser realizada em países de mão de obra barata, com pouca ou nenhuma legislação de proteção social, redesenhando a divisão internacional do trabalho e aumentando ainda mais a pressão para que os países subdesenvolvidos diminuíssem sua proteção social, sendo o mesmo paradigma tecnológico o precursor do processo de automação no setor industrial, aumentando de forma quantitativa a produção e restringindo assim o trabalho vivo neste setor.

Em decorrência do processo supracitado, o exercício de atividades vinculadas as plataformas digitais, hegemonicamente decorre da necessidade de complementar a renda e principalmente pela falta de emprego, ou seja, da ausência de vínculo empregatício regular. No Brasil, os índices de desemprego elevaram-se a partir da década de 1980, configurando-se no quadro de desemprego estrutural, que é “responsável pela liberação de muitos trabalhadores do mercado de trabalho [...] e se distingue do desemprego cíclico (ou conjuntural), em que a mão de obra liberada pode ser reabsorvida pelo mercado em um período de alta produtividade. (BEZERRA, 2019, p.04). Com o advento tecnológico, os poucos postos de empregos gerados, fogem a regra dos vínculos de empregos formais, aparecendo como empregos não assalariados, fortificando ideologias de empreendedorismo e sucesso individual.



Desta forma, entendemos que o debate sobre processo de uberização se mostra de extrema importância no campo científico, e para a sociedade em geral. Sendo assim, acreditamos que este trabalho se caracterize como uma temática importante para a construção de conhecimento no interior da geografia e também possa contribuir com as reflexões em outras áreas do conhecimento, além disso, pode se tornar um importante instrumento para pensar as relações presentes na sociedade sob uma perspectiva geográfica.

METODOLOGIA

Ao nos apropriarmos das discussões sobre uberização do trabalho, nos deparamos com uma discussão recente, principalmente no campo da Geografia, por se tratar de uma nova dinâmica. Há no campo científico diversas perspectivas que possibilitam a análise deste processo, porém, buscaremos entender o fenômeno a partir do seu processo de construção histórica, compreendendo suas relações sociais, políticas e econômica.

Para isso, utilizaremos as reflexões de livros, teses, dissertações, monografias, entre outros materiais, que possibilite “estabelecer um diálogo reflexivo entre as teorias e outros estudos com o objeto de investigação por nós escolhido [...]” (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2012). De acordo com Lakatos (2015, p. 186) a pesquisa bibliográfica é “aquela utilizada como objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Sendo assim, Estima-se que seja possível compreendermos as relações estabelecidas no processo de uberização e sua articulação entre o local e global.

REFERENCIAL TEÓRICO

O crescente debate em torno das plataformas digitais e sua vinculação com as relações trabalhistas é permeado pela gama de nomenclaturas para designar processos que não são iguais, mas assemelham-se entre si. É comum a utilização de termos como economia de plataforma, trabalho digital, economia de compartilhamento, economia colaborativa, entre outras. As diversas nomenclaturas



demonstram a fragilidade de definição desse processo que se apresenta como uma nova dinâmica que tem como objetivo gerir e organizar o mundo do trabalho através das ferramentas digitais, alterando a morfologia do trabalho.

A utilização de plataformas digitais como instrumento de gestão e organização do trabalho, tem como objetivo materializar com os trabalhadores/as a ideia de um maior controle sobre a própria vida, pois são entendidos como parceiros e colaboradores, que podem controlar seu tempo, além disso, visam propagar valores de igualdade e solidariedade entre as empresas e os trabalhadores. Coadunamos com Cordeiro (2019) que essa nova dinâmica de organização e gestão do trabalho, reorienta a gestão da força de trabalho pautada no discurso de empreendedorismo e despeja todas as responsabilidades e riscos sobre os trabalhadores/as.

Pelo fato das economias de plataforma abarcarem uma gama de serviços, optamos por utilizar a terminologia Uberização, tendo em vista que, embora a empresa não seja a pioneira, foi a que ganhou notoriedade no que tange esse modelo de organização do trabalho. Assim como o Fordismo e o Toyotismo carregaram consigo características típicas, a uberização possui signos de uma nova dinâmica de gestão e organização do mundo do trabalho.

Vale saber se, no contexto da crise estrutural do capitalismo, podemos enxergar a forma de gestão e administração da “Economia do Compartilhamento”, mais conhecida por *uberização*, como uma tentativa de reorganização geográfica do capital para conter a superacumulação, principalmente sob a forma de excesso de força de trabalho. Pretendemos analisar se a mobilidade exigida representa de algum modo uma necessidade de fluidez do capital, um novo modo de deslocamento geográfico das contradições. (CORDEIRO, 2019, p.10)

Para adentrarmos a nossa temática é necessário partirmos da compressão do trabalho, para isso contamos com o auxílio de Pinto (2013, p.16) que define trabalho como um amplo conjunto de atividades intelectuais e manuais, organizadas pela espécie humana e aplicados sobre a natureza visando assegurar sua subsistência, é importante frisarmos que essa prática esteve presente ao longo de todo o processo histórico da humanidade.

Tendo essa afirmação como base, Pinto (2013) afirma que ao longo da história houveram diversas formas de organização social do trabalho, mais ou menos complexas, que envolvem diversos agentes, porém, é somente no período capitalista que organização social do trabalho é submetido a uma dimensão de classe,



especialmente pós a primeira revolução industrial, se tornando área de interesse científico e ferramenta de controle.

Sendo assim, de acordo com as condições materiais de cada período histórico haverá uma forma de organização social do trabalho, partindo disso, a compreensão acerca da uberização é propiciada pelos avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), de nosso tempo histórico, que se caracteriza como uma nova forma de organizar-se e relacionar-se socialmente através da utilização de aplicativos e plataformas, que tenham a capacidade de alterar de maneira significativa a organização social do trabalho e suas novas formas de produção socioespacial.

As tecnologias de informação e comunicação apresentam-se como um novo paradigma tecnológico que é responsável por viabilizar o aumento, de forma qualitativa e quantitativa, da capacidade de comunicação, circulação e flexibilização das distâncias em torno do globo, aprofundando ainda mais as relações globais, e intensificando as relações contraditórias presentes ao mundo do trabalho. Portanto, torna-se necessário a compressão da tecnologia e suas determinações como elemento chave na gestão e organização social e econômica do trabalho.

O entendimento sobre o conceito de tecnologia é extremamente importante para avançarmos no debate. Segundo Cannas *apud* Pinto (2005) “a tecnologia pode ser entendida como o estudo da técnica ou do conjunto de técnicas que dispõe uma sociedade, podendo ser mensurada em qualquer fase histórica de seu desenvolvimento”. Sendo assim, o autor visa romper com a ideia que figura no imaginário do senso comum, que articula a concepção de tecnologia a elementos altamente sofisticados e condicionados a informatização, vinculando o conceito como se fosse fruto do agora, do presente.

Desta forma, a concepção de tecnologia como um elemento constante em diversas sociedades, fruto das relações históricas, vincula-se diretamente com o desenvolvimento das forças produtivas. A definição em torno do conceito de tecnologia traz uma relação histórica com a evolução da técnica, para Santos (1996, p.25) “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço”.

Em “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países



subdesenvolvidos”, Santos (2004) discorre sobre os momentos históricos de modernização tecnológica, sendo este processo entendido como a generalização de inovações técnicas, capaz de se impor em totalidade e é responsável por causar grandes transformações.

Identifica-se ao menos três momentos históricos de modernização, de acordo com Santos (2004, p33) refere-se a “a grande revolução dos transportes marítimos; a revolução industrial e seus suportes e a revolução tecnológica” que perdura até os dias atuais. Sendo essa a base material de mundialização do sistema capitalista.

Na aurora da história, havia tantos sistemas técnicos quanto eram os lugares. A história humana é igualmente a da diminuição do número de sistemas técnicos, movimento de unificação acelerado pelo capitalismo. Hoje, observa-se por toda parte, no Norte e no Sul, no Leste e no Oeste, a predominância de um único sistema técnico, base material da mundialização. (SANTOS, 2004. p.23)

Os determinantes sociais e econômicos materializados por este novo paradigma tecnológico, é centrado na informação e na automação industrial, responsável por acelerar o processo de desenvolvimento das forças produtivas e redesenhar uma nova divisão internacional do trabalho (DIT).

A partir da década de 1970, o desenvolvimento das forças produtivas nas grandes indústrias foi gradativamente incorporando a utilização da microeletrônica e da conectividade em rede ao sistema produtivo. Com isso, houve significativa alteração da composição orgânica do capital de diversas empresas, principalmente na indústria de bens, com a redução da quantidade de força de trabalho empregada (menor investimento em capital variável) e maior investimento em aparatos tecnológicos e maquinaria (maior investimento em capital constante), principalmente os relacionados aos componentes computacionais. Além dos ganhos proporcionados pelas inovações tecnológicas há o movimento de rebaixamento do custo do valor da força de trabalho, forçando os processos de desregulamentação das proteções trabalhistas legais e o aumento das terceirizações. (FRANCO, FERRAZ, 2019, p. 845).

Este salto tecnológico através do incremento técnico é responsável por criar as possibilidades de alterar o eixo da acumulação capitalista, que até a década de 1970 estava ancorado na produção industrial fordista para realizar a reprodução de mais valor, criando as condições materiais para que o capital avançasse para outros setores, que possibilitassem sua reprodução.

É justamente esta dinâmica que traz alguns elementos importantes para nossa análise, com o advento da reestruturação produtiva, a partir da década de 1970, o



modelo de organização da sociedade deparou-se com um novo regime de acumulação, que de acordo com Motta (2019, p.1095) denomina-se acumulação flexível e possui como base “ [...] a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”.

Conforme exposto por Antunes e Filgueira (2020, p.38) “a acumulação em setores vinculados as TICs “se configuram como um elemento vital, dentre os distintos mecanismos de acumulação criados pelo capitalismo de nosso tempo”. Esse processo, fez com que fosse possível o eixo da acumulação direcionar-se para outros setores, ha exemplo o de serviços.

Aqui reside um ponto chave para avançarmos no debate, refere-se ao fato do estágio atual de desenvolvimento das forças produtivas ligado a produção industrial, tendo este setor se tornando altamente automatizado. Antunes e Pochmann (2007) nos auxilia a entender esse processo

Essa reestruturação produtiva fundamentou-se ainda no que o ideário dominante denominou como *lean production*, isto é, a empresa enxuta, a “empresa moderna”, a empresa que constrange, restringe, cofbe, limita o trabalho vivo, ampliando o maquinário tecno-científico, o que Marx denominou como trabalho morto. Ela redesenha cada vez mais a planta produtiva, reduzindo força de trabalho e ampliandossua produtividade (ANTUNES, POCHMANN, 2007, p.03)

Isto posto, temos como consequência a alteração da composição orgânica do capital investido, passando a ter um maior investimento em capital constante (máquinas, instrumentos, matérias brutas ou primas e insumos energia, combustível etc.), em detrimento do capital variável (força de trabalho humano), esta contradição inerente ao modo de produção capitalista resulta em elementos cruciais para a nossa análise: a menor presença de trabalho humano nas plantas de produção, fazendo com que, tenha mais força de trabalho disponível para ser alocadas em outros setores econômicos, ampliando o excedente de força de trabalho .

A sociedade divide-se em classes sociais que possuem interesses inconciliáveis e antagônicos, que se caracterizam entre os proprietários dos meios de produção, frente aos trabalhadores que vivem unicamente da venda de sua força de trabalho, essa relação evidencia interesses contraditórios. Neste cenário, o excedente de força de trabalho se traduz em massas de trabalhadores desempregados, que devido ao atual estágio de desenvolvimento das forças



produtivas evidencia-se como um fenômeno do “desemprego estrutural”.

Nos últimos anos, houve reestruturação nas empresas e também inovações tecnológicas que não criam novas formas de ocupação, mas são responsáveis pelo vertiginoso aumento do desemprego. Uma realidade sem comparações com o passado que vem transformando o desemprego em um dos fenômenos mais dramáticos de nosso tempo, com características cada vez menos conjunturais, e assumindo uma forte conotação estrutural (VASAPOLLO, 2005, p. 372)

O fenômeno do desemprego estrutural ocasiona a perda do poder de barganha dos trabalhadores e suas entidades representativas frente às imposições de novas relações trabalhistas. Cabe destacar que estamos longe de querer ressuscitar as ideias ludista²s muito menos colocar o desenvolvimento técnico e o salto tecnológico como o grande vilão, existem outras relações que se estabelecem no interior da sociedade que se consolida como responsável pelo desemprego estrutural.

A tendência hegemônica de uso da tecnologia no âmbito do capitalismo tem sido a satisfação dos interesses da classe dominante, em detrimento das necessidades dos trabalhadores, acentuando as expressões da questão social. Isso não significa, no entanto, que a tecnologia não possa ser apropriada de outra forma. Trata-se de um grande desafio que tem colocando-se na atualidade, apontando para importância da luta da construção de novos usos sociais da tecnologia, voltados à satisfação das necessidades sociais da população como um todo, e não apenas de uma pequena minoria. Mais do que uma questão meramente tecnológica, trata-se de uma luta política que busca colocar a serviço dos trabalhadores o produto de seu próprio trabalho. (VELOSO, 2011, p. 44)

Desta forma, o fator determinante para o desemprego estrutural é o modelo de organização e gestão da sociedade e não a tecnologia em si, mas sim a forma como ocorre sua aplicação, e quem detém o seu domínio. Além disso, o atual estágio de desenvolvimento tecnológico abre a possibilidade histórica de novas formas de organização e resistência.

² Movimento que ocorreu na Inglaterra no período da primeira revolução industrial que reivindicava melhores condições de trabalho, ficou estigmatizado como anti-progresso devido a estratégia adotada para a reivindicação que consistia na destruição dos maquinários existente nas nascentes indústrias.



Contudo, a relação que se apresenta aos que dependem da venda da sua força de trabalho para sobreviver, é a de desemprego ou escassos postos de trabalho, que se caracterizam por ser cada vez mais precários, com poucas regulamentações ou garantias sociais. Dessa forma Vasapollo (2005) nos ajuda a compreender os resultantes dessa nova organização social do trabalho no estágio de acumulação flexível.

A nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados. É o mal-estar do trabalho, o medo de perder o próprio posto, de não poder mais ter uma vida social e de viver apenas do trabalho e para o trabalho, com a angústia vinculada à consciência de uma evolução tecnológica que não resolve as necessidades sociais. (VASAPOLLO, 2005.p.375)

Os mercados globais se caracterizam por serem cada vez mais integrados, o processo de flexibilização não acontece de maneira isolada, embora se manifeste de formas diferentes frente as culturas e legislações locais, se readequando a realidade encontrada.

Nesta fase crítica para o universo laboral, caracterizada por uma espécie de processo de precarização estrutural do trabalho, os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. As mutações que vêm ocorrendo no universo produtivo, em escala global, sob comando do chamado processo de globalização ou de mundialização do capital, vêm combinando, de modo aparentemente paradoxal, a “era da informatização”, por meio do avanço tecnológico, com a “época da informalização”. Trata-se, pois, de uma precarização ilimitada do trabalho a qual também atinge uma amplitude global (ANTUNES, POCHMANN, 2007, p.203)

Sendo assim, a nova organização capitalista do trabalho, faz novas imposições aos trabalhadores, e exigem um novo tipo de trabalhador, “[...] é necessário um novo tipo de trabalho e um novo tipo do que antes se chamava de trabalhador, o qual atualmente os capitais denominam, de modo mistificado, como “colaborador” (ANTUNES, POCHMANN, 2007, p. 198). Essa nova relação apresenta novas morfologias de como o trabalho se apresenta aos trabalhadores, fugindo da velha ideia de trabalhador assalariado.

Foi nesse contexto em que proliferaram também as distintas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” etc., entre as mais distintas formas alternativas daquilo que Vasapollo (2005) denominou como expressões diferenciadas de trabalho atípico. (Vasapollo *apud* Antunes e Pochmann, 2007, p.2007)



É justamente no contexto do aperfeiçoamento tecnológico articulado a novos conceitos ideológicos em relação ao trabalho, que surgem, as economias de plataforma, definidas de forma panfletária pelas operadoras como “economias de compartilhamento” que em uma definição extremamente técnica, referem-se a “negócios que se apoiam em plataformas de software, páginas da internet e aplicativos de celular para ligar consumidores com fornecedores dos mais diversos serviços, ficando uma parte dos ganhos com a operadora do aplicativo”(CORDEIRO, 2019, p. 2019).

Tozi (2018) nos traz uma relação mais precisa sobre o conceito de economia de compartilhamento, evidenciando a contradição do conceito

A economia apresenta um funcionamento sistêmico e desigual, com agentes e instituições de diferentes poderes. Há, toda economia, relações de cooperação e de conflito, além de uma distinção clara entre os agentes produtores (decisores) e consumidores (cujo conhecimento sobre o mercado é parcial e insipiente). Dessa maneira, cabe questionar a noção, panfletária, da existência de uma “economia do compartilhamento” que não objetiva revolucionar o sistema de propriedade e de fluxos de concentração de dinheiro, dois elementos estruturantes das economias de mercado. “Compartilhar” tem o sentido de “participar com alguém” estabelecendo uma relação social horizontal, e não hierárquica. Ora, nas empresas de aplicativos as decisões sobre uma tal colaboração não são colaborativas, mas altamente centralizadas. Grandes corporações globais não são entidades financeiramente colaborativas, basta analisar seus valores de mercado e suas taxas crescentes de lucratividade. (TOZI, 2018, p.06)

Dentro do escopo das plataformas digitais que oferecem os mais variados tipos de serviço, surge a Uber, no ano de 2010 em São Francisco – Califórnia – EUA, chega em território brasileiro em 2014, na cidade do Rio de Janeiro ainda na euforia da copa do mundo, e posteriormente em São Paulo. A empresa trouxe como estratégia de expansão, o foco em regiões de infraestrutura urbana e meios geográficos mais estruturados.

Nota-se uma escolha estratégica de lugares no território que representam tanto a sua histórica urbanização litorânea – condicionante com a operação da empresa -, quanto uma presença forte nas regiões Sudeste e Sul, aquelas do meio geográfico mais modernizado. Além disso, há uma expansão para o Centro-Oeste, acompanhado o eixo da modernização do território pelo agronegócio. (TOZI, 2018, p.2)



Através de smartfones conectados à rede mundial de computadores, estas plataformas conseguem articular massas de trabalhadores e usuários em escala global, de uma maneira centralizada e se adequando a cada realidade local.

Historicamente o processo de urbanização brasileiro se concentra na área litorânea, sendo justamente nessas áreas que as economias de plataforma, a sua atividade quando chegam no Brasil, tendo como estratégia de expansão a atuação em áreas de estruturas mais modernas, principalmente para o setor de transporte de passageiros, e priorizam determinadas características como “economias de aglomeração, concentração populacional e de renda, congestionamentos e sistemas de transporte públicos deficitários em qualidade e quantidade (extensão e capilaridade das redes).”(TOZI, 2018, p.04)

A massa de trabalhadores/as que se agregaram as economias de plataformas, constituem-se de pessoas que encontram-se em situação de desemprego ou como forma de complementação da renda familiar, ou seja, com a crise, as economias de plataforma, através dos aplicativos, funcionam como uma nova forma de emprego para esta população, “[...] como alto desemprego e os postos de trabalho altamente precarizados, somados à ausência de perspectivas de melhores ocupações, esse tipo de venda de força de trabalho se torna efetivamente uma opção viável, uma “escolha” em um panorama de restrições condicionadas” (FRANCO,FERRAZ, 2019, p.845).

No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no final do mês de junho de 2020, a taxa de desocupação atingiu 13,1% da população brasileira, essa porcentagem corresponde a 12,4 milhões de pessoas sem vínculos empregatício formal.³ No estado de Mato grosso este cenário não é diferente, tendo em vista que, a taxa de desemprego subiu no primeiro trimestre de 2020, atingindo 8,5%³. Com isso, como já abordado anteriormente, os altos índices de desemprego, coloca os trabalhadores/as em trabalhos informais e sem garantias sociais.

³ Os dados referem-se à Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, disponível em:<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28310-desemprego-sobe-para-13-1-e-atinge-12-4-milhoes-na-4-semana-de-junho>



Desta forma, “A uberização do trabalho representa um modo particular de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador, que assume a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva” (FRANCO E FERRAZ, 2019, p.845). As críticas direcionadas a este modelo de organização do trabalho, se concentram em especial no processo de precarização ao qual dos trabalhadores são submetidos.

Conforme apresentamos anteriormente, a uberização é reflexo de uma nova forma de gerir o organizar o mundo do trabalho, que se caracteriza como reflexo da crise global do capitalismo. Essa nova morfologia do trabalho acentua-se em países subdesenvolvidos como Brasil, que em um cenário de extrema precarização das condições de vida, políticas de austeridade e índices alarmantes de desemprego, tem como objetivo reorganizar geograficamente o capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato é que, o fenômeno da uberização se apresenta como elemento inédito a história, sendo fruto do nosso tempo, do agora, se caracterizando como força transformadora, tendo como motor dessa transformação, a intensificação do processo de integração global, a partir dos avanços Técnicos Científicos, estabelecendo as TICs como paradigma tecnológico que oferece suporte a mundialização do capital. Desta maneira, as contradições presentes na sociedade do capital se inserem neste processo, pois revelam dinâmicas complexas e estabelecem relações das características socioespaciais com o mundo do trabalho.

Sendo assim, a compreensão deste fenômeno, torna-se essencial para pensar os desafios do nosso tempo, visto que, a uberização como forma de organização e gestão do trabalho em escala global carrega consigo outras relações que estão entrelaçadas em nossa sociedade, como a questão de desemprego ou do aumento dos postos de trabalho precarizados. A utilização das plataformas digitais como forma de gerir o trabalho se insere neste cenário, tendo em vista que, esta nova dinâmica se estende cada vez mais na sociedade, não ficando restrita ao setor de transporte de passageiros e entregas de alimentos como frequentemente associa-se. Tendo como tendência a generalização deste modelo.



REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Dez teses sobre o trabalho do presente e uma hipótese sobre o futuro do trabalho. 31º Encontro Anual da ANPOCS, de 22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG. Seminário Temático n. 34: Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul.2020.

ANTUNES, R.; POCHMANN, M. 2007. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: A.D. CI-MADAMORE; A.D. CATTAN (orgs.), *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre, CLACSO/TomoEdit, p. 195-210.

BEZERRA, Lina Elisabeth Rodrigues. O TRABALHO DO MOTORISTA DE UBER – UMA ALTERNATIVA AO DESEMPREGO ?. *Revista Visão: Gestão Organizacional*, Caçador, SC, Brasil, p. 01-17, jul. 2019.

CANNAS, Fábio Ramos. A INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC's NAS RELAÇÕES SOCIAIS (DE TRABALHO) ENTRE MOTORISTAS E A UBER. 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019

CORDEIRO, Carla Silva. O Ajuste espaço-temporal na uberização do trabalho. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, p.85. 2019.

DESLANES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 31. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Revista Marx e o Marxismo*. V.5, n.8, jan/jun, 2017 (p. 45-67).

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Uberização do Trabalho e acumulação capitalista. *Cad. EBAPE.BR*, v. 17, Edição Especial, Rio de Janeiro, Nov. 2019.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 252, 2005.



MOTTA, Paulo Roberto da. Uberização como exemplo da precarização do trabalho e do espaço urbano. *In* Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 17., 2019, Espírito Santo: Ufes, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26339/19804+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.

VELOSO, Renato. Serviço Social, Tecnologias da Informação e Trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

VASAPOLLO, L. O trabalho atípico e a precariedade. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PINTO, G. A. A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, -3ed. 2013.

TOZI, Fábio. As novas tecnologias da informação como suporte à ação territorial das empresas de transporte por aplicativo no Brasil. *In*: ZAAR, Miriam; CAPEL, Horacio. (Org.). Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista. Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica, 2018.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. São Paulo.